



BRASIL
+EMPREENDEDOR

SUGESTÕES PARA UM BRASIL MAIS EMPREENDEDOR

Fevereiro/14

Sumário

INTRODUÇÃO

Sete Pilares

PILAR 1 - AMBIENTE REGULATÓRIO

Abertura e fechamento de empresas

Legislação trabalhista

Importação e exportação

Sistema tributário

Consciência ambiental

Outros temas

PILAR 2 - ACESSO A CAPITAL

Introdução

PILAR 3 - MERCADO

Introdução

Diretórios e mesas de negociação

Aumentar as oportunidades de interação entre os empreendedores

Disseminar o capital intelectual

Estimular parcerias

Suporte para produtos “marca Brasil”

PILAR 4 – INOVAÇÃO

Introdução

Integração do poder público com universidades e empresas

Incentivar o registro de novas patentes

Fortalecer parques tecnológicos

Incentivo ao investimento em ciência, tecnologia e inovação

PILAR 5 - INFRAESTRUTURA

Introdução

Gestão de Recursos Naturais, reutilizáveis, recicláveis, e de resíduos

Energias Renováveis e Eficiência Energética

Tecnologias de comunicação e informação

[Infraestruturas inovadoras para o empreendedorismo](#)

[Logística e Mobilidade Urbana](#)

[PILAR 6 - CAPITAL HUMANO](#)

[Introdução](#)

[Educação Empreendedora desde a Base](#)

[Educação empreendedora em universidades e escolas técnicas](#)

[Empreendedor sem fronteiras](#)

[Incentivo às empresas e *startups* que Investem em capacitação](#)

[PILAR 7 - CULTURA EMPREENDEDORA](#)

[Introdução](#)

INTRODUÇÃO

O objetivo da criação do movimento Brasil + Empreendedor é mobilizar empreendedores e lideranças inovadoras deste país para construir uma pauta mínima comum que servirá de orientação para a construção de políticas públicas pró-empresendedorismo.

Acreditamos que os governos, em todas as suas esferas e poderes, podem – e devem – incentivar a inovação contínua e que é preciso criar condições para crescimento e desburocratizar processos para que as micro e pequenas empresas possam ganhar competitividade.

Essa iniciativa é horizontal (não há hierarquia nem chefes), apartidária (não tem vinculação com nenhum partido ou coligação) e auto-organizada (os membros do grupo decidem os próximos passos, objetivos e ações). Já conseguimos o apoio de veículos de imprensa, organizações e entidades públicas e privadas, mas ainda falta a sua presença para que possamos fazer a nossa parte, incentivar o empreendedorismo e ajudar a transformar o Brasil em uma referência mundial.

E a primeira etapa deste movimento foi a confecção do presente documento de forma colaborativa, com sugestões de todos para melhorar o ambiente empreendedor brasileiro.

Neste documento utilizaremos o conceito da melhoria contínua, com revisões por líderes e especialistas. Desejamos, por meio desta iniciativa, reforçar ações que já estão em andamento em diversas entidades brasileiras.

Para facilitar esse processo de entendimento, utilizamos um índice criado pela Endeavor, em parceria com a Bain&Company, que organizou as condições para se conseguir determinar se um ambiente é propício ao empreendedorismo em sete pilares.

Sete Pilares

Esses pilares surgiram com a necessidade de se construir um índice que fizesse a análise do ambiente empreendedor das capitais brasileiras. Para tanto, a Endeavor Brasil elaborou um *framework*, estruturado em sete pilares, adequado à realidade das cidades do país e em

sintonia com as ferramentas utilizadas por organizações internacionais, como a OCDE, e consultorias especializadas.

A seleção dos critérios considerou o universo de micro, pequenas e médias empresas, sem se restringir a nenhum setor específico.

Com base nesses sete pilares é possível identificar se um ambiente é empreendedor ou não, e o seu conhecimento é importante para entender os pontos fortes e fracos de determinado ambiente, que pode ser uma cidade ou região, perceber em quais deles as suas forças devem ser concentradas, além de identificar oportunidades de negócios.

Os sete pilares são: Ambiente Regulatório, Acesso a Capital, Mercado, Inovação, Infraestrutura, Capital Humano e Cultura Empreendedora.



PILAR 1 - AMBIENTE REGULATÓRIO

A. Abertura e fechamento de empresas

Tempo e desburocratização

Atualmente em nosso país há uma excessiva demora na abertura de empresas. A dificuldade está no desmembramento do cadastro de uma empresa no momento de seu nascimento: temos um caminho que passa pelas juntas comerciais (estado) e, após a aprovação, pelo governo Federal, sendo, ao final, submetida a abertura na esfera municipal.

Para agilizar esse trâmite seria necessária uma pauta específica de estudos para unificação dos entes envolvidos em um sistema único para abertura de empresas que faça a inscrição automatizada.

Para a desburocratização e aceleração de abertura e fechamento de empresas no projeto Brasil + Empreendedor, deve-se fomentar convênios entre os entes federais, estaduais e municipais em conjunto com o Sebrae para que seja possível acesso aos dados e informações necessárias entre esses entes no momento da abertura e fechamento. Um bom exemplo disso é o Programa Poupatempo no estado de São Paulo, que em uma única praça oferece e unifica tais acessos. Como resultado, os prazos para cumprir questões burocráticas do cidadão diminuiram substancialmente.

Endereço comercial

Na questão da obrigatoriedade do endereço comercial para abertura de empresas, entre outros tantos aspectos, há um consenso de que essa é uma forma de evitar empresas fantasmas, possibilitando aos governos um maior controle físico de tais empresas. Em nosso ordenamento jurídico a regulamentação da forma e a autorização do funcionamento das empresas competem aos municípios. São as leis orgânicas municipais que definem os tipos de empresa que podem ser constituídas em sua região, se é permitido haver mais de uma empresa em um mesmo endereço, entre outros aspectos.

Mas, uma vez que são os municípios os responsáveis por regular e fiscalizar, o projeto Brasil + Empreendedor deve fomentar nos municípios participantes modificações legislativas para permitir a abertura de várias empresas embrionárias em um mesmo local. Dessa forma, se o

município definir um endereço como “área embrionária”, poderão ser desburocratizadas as licenças de funcionamento de empresas sementes, agilizando o processo de abertura das empresas.

Legislação trabalhista

Modernização

Atualmente já há previsão legal para o trabalhador autônomo, com contribuição como prestador de serviço individual, ou seja, *freelancer* conforme a Lei 8213/91, regulamentada pelo DL 3048/99. Na verdade a preocupação das empresas de Tecnologia da Informação em nosso país com relação a esse tipo de mão de obra são os passivos trabalhistas, dada a falta de modernização da CLT.

Nesse sentido, seria necessária a readequação das leis trabalhistas para acomodarmos essas novas realidades das pessoas jurídicas, como as embrionárias na área de novas tecnologias, que, no início da vida empresarial, muitas vezes fazem uso de pessoas físicas no formato *freelancer*.

Uma solução plausível seria termos uma mudança legislativa para permitir essa relação empresa e pessoa física em casos em que a empresa esteja limitada ao faturamento anual. Assim, a empresa teria um resguardo de limites para contratar *freelancer* sem riscos trabalhistas, não acontecendo o vínculo por lei no formato celetista. Já temos no país um exemplo nesse sentido: as MEIs, que permitem até um funcionário registrado recebendo salário-mínimo.

Importação e exportação

Simplificação

Para atender às demandas de mercado e tornar as empresas brasileiras mais competitivas, há a necessidade de facilitar a importação de produtos básicos para montagem de equipamentos tecnológicos, como chipsets, processadores, memórias, placas, entre outros. De outro lado, uma vez fomentando novas implementações no país, faz-se necessária a facilitação da exportação de tais tecnologias.

As PMEs sofrem com a burocracia e os custos para realizarem as importações e exportações, seja por questões administrativas ou mesmo pela elevada tributação. Dessa forma, é patente a necessidade de atenção do governo facilitando o processo de importação de serviços e produtos essenciais ao pequeno empresário e não necessariamente disponíveis no Brasil, ou ofertados em volume e quantidade insuficiente.

Deve-se, ainda, fomentar a diminuição dos impostos de importação de instrumentos e produtos básicos para a montagem de equipamentos tecnológicos (chipsets, processadores, memórias, placas etc.), sem a diminuição de impostos sobre produtos finais, a fim de incentivar e dar competitividade à indústria nacional.

Sistema tributário

Adequação para startups

O sistema tributário atualmente prevê limites e simplificações para as PMEs, e em especial as de Tecnologia da Informação são abrangidas pelo Simples Nacional. Para esse tipo de empresa há um fomento de geração de empregos, uma vez que a diminuição dos percentuais da tributação é inversamente proporcional ao aumento da folha de pagamento, pelo cálculo do fator “r”.

Porém, aplicado ao caso de empresas-sementes, não temos nesse perfil de empresa uma quantidade grande de funcionários para gerar um fator “r” e que diminua assim os tributos se aplicados à Tabela V do Simples Nacional. Por isso, é necessária a modificação do Simples Nacional para atender esse tipo de empresa, sem que a quantidade de funcionários seja determinante para a diminuição do tributo.

A sugestão é criar um formato especial para empresas-sementes, com o limite de R\$ 300.000,00 iniciais e, com o tempo, uma tabela progressiva no mesmo formato do Simples Nacional. A duração máxima deverá levar em conta um estudo de vida de novas empresas no Brasil. Em geral, as empresas levam em média cinco anos para se estabilizarem. Portanto, a permanência nesse novo formato deverá ser de até 60 meses.

Aumento dos limites do Simples Nacional

Aumento dos limites do Simples Nacional para 30 milhões: hoje em dia uma empresa que fatura acima de 3,6 milhões por ano já é forçada a migrar para o regime tributário complexo e que encarece, muitas vezes inviabilizando as margens de rentabilidade.

Consciência ambiental

Premissas para empresas do projeto

Visando à preparação para empresas do futuro, essas novas empresas que se beneficiarão pela adesão ao projeto deverão observar os termos do Art. 3º da Lei 8.666, que trata de alguns princípios legais e buscam a consciência ambiental.

Dessa forma, a proposta é que seja obrigatório para essas novas empresas o compromisso com o meio ambiente, desde a sua concepção até o planejamento de crescimento.

Outros temas

Cooperação e reciprocidade

No atual mercado globalizado das empresas de tecnologia, cada vez mais há uma necessidade de troca de conhecimentos e de mão-deobra especializada para que o Brasil adquira novas tecnologias. Para isso, o governo deverá fomentar a criação de convênios internacionais de reciprocidade para a área de Tecnologia da Informação. Dessa forma será certamente ampliada a possibilidade de trabalhadores estrangeiros no Brasil e vice-versa, com a sugestão de vistos de trabalho com um prazo de até 60 meses para os trabalhadores dos países signatários desses convênios.

Acompanhamento e fiscalização

Uma vez o governo possibilitando as implementações e melhorias indispensáveis para o verdadeiro suporte ao empreendedorismo no Brasil, faz-se necessário medir sua eficácia e verificar de maneira assídua o bom aproveitamento por parte dos beneficiados.

Assim, é iminente a criação de uma Comissão Mista para que seja observada a eficácia do projeto Brasil + Empreendedor, com a participação da sociedade, do Ministério Público e outros entes governamentais validando a evolução e efetividade do projeto.

PILAR 2 - ACESSO A CAPITAL

Introdução

Nem sempre a empresa tem facilidade em mobilizar os recursos financeiros que um projeto demanda, principalmente quando se trata de um empreendimento emergente, pois ainda não tem a geração de caixa necessária para suprir as necessidades do projeto. Por isso, é comum que, mesmo quando pode contar com recursos próprios, a empresa busque fontes externas de recursos necessários aos diferentes usos em seu projeto para as finalidades de seu negócio.

Neste pilar focaremos em alguns pontos estratégicos a serem considerados pelos órgãos competentes e pela sociedade ao suprimento de capital para investimentos em projetos com foco em empreendimentos emergentes e preferencialmente nos que promovem a inovação. A disponibilidade de recursos financeiros (*funding*) é fundamental para cobrir os gastos iniciais de tais empreendimentos, considerando os valores necessários ao longo do tempo até que os mesmos eles adquiram o ponto de equilíbrio financeiro que os possibilite seguir em frente com recursos gerados pelo próprio negócio.

Os pontos que seguem têm como objetivo a ampliação e facilitação de acesso a financiamentos e capital ao empreendedor, considerando: Investimento-Anjo, Venture Capital, Private Equity, fomentos e subvenção econômica e mercado de capitais. Neles desejamos reforçar todas as iniciativas em andamento das diversas entidades brasileiras.

Sugestões:

- **Reduzir a burocracia e o tempo de resposta para a obtenção de financiamentos em agentes públicos federais, como BNDES, FINEP, BB e Caixa.**
- **Estabelecer critérios CLAROS e SIMPLES para que os empreendedores possam ser qualificados e ter acesso a benefícios e incentivos governamentais, em nível federal, estadual e municipal.**
- **Simplificar o processo de investimento de capital empreendedor em empresas brasileiras.**
- **Dar estímulo fiscal ao investidor-anjo e fundos para encorajar o capital de risco no país. Exemplos de ganhos sobre o capital. Adaptar, aprovar e sancionar os Projeto de Lei do Senado (PLS) 54/2014 (oficializa o papel de investidor-anjo) e Projeto de Lei Complementar (PLC) 69/2014 (protege o investidor não o vinculando às empresas nas quais investe).**
- **Atrair investimentos de capital empreendedor estrangeiro para o mercado nacional. Para isso, sugerimos que o governo dê a tais empresas algum tipo de incentivo e/ou garantias, por exemplo, relacionadas ao ganho de capital.**

- **Reduzir os níveis de garantia exigidos para empréstimos de micro, pequenas e médias empresas focadas no crescimento do negócio.**
- **Estabelecer programas de redução de taxas e impostos vinculada a metas de geração de emprego e crescimento das pequenas e médias empresas.**
- **Desenvolver um fundo de investimento cooperado entre iniciativa privada (investidores) e agentes públicos federais (BNDES, FINEP, BB e Caixa). Como o que foi feito pelo SebraeTec, no qual para cada R\$ 1 que um investidor colocar em uma startup no Rio Grande do Norte o Sebrae RN colocará mais R\$ 4 em forma de subvenção não reembolsável.**

PILAR 3 - MERCADO

Introdução

Num país tão grande como o Brasil, com tantas deficiências e problemas nas áreas de infraestrutura, saúde, educação, segurança e outras que dificultam o desenvolvimento econômico, existem muitas oportunidades de mercado. Essas oportunidades existem em todos os setores e para todo tipo de organização, sejam empresas, governo, ONGs ou outras instituições.

Além disso, se olharmos para o panorama global, tais problemas e respectivas oportunidades são ainda maiores.

Para o Brasil se tornar mais competitivo no cenário mundial, é necessário que cada cidadão, cada empreendedor e cada organização possa desempenhar bem o seu papel na busca da solução de tais problemas de forma economicamente viável e sustentável e que venha gerar melhor qualidade de vida e desenvolvimento econômico para o país.

Neste pilar apresentamos alguns pontos estratégicos a serem considerados pelos órgãos competentes e pela sociedade ao buscar formas de acelerar esse processo com a criação de mecanismos que facilitem o acesso às oportunidades de mercado. E isso deve abranger tanto o escopo interno como o externo e o governamental. Além disso, é preciso simplificar e fazer melhorias nos mecanismos existentes e divulgá-las a todos os possíveis interessados.

Diretórios e mesas de negociação

Considerando que o acesso à informação e a massificação da comunicação a cada dia se tornam mais inexoráveis e, principalmente, mais próximos do cidadão, as considerações sobre diretórios e mesas de negociação focados na publicação de demandas públicas e privadas associam-se a essa proposta como marco divisor, haja visto que, em muitos casos, a informação e comunicação não entregam de forma direta o que de fato esses atores (públicos e privados) estão necessitando. Ações como audiências públicas, discussões acadêmicas nas empresas e proposições afinadas às demandas existentes contribuirão diretamente com o planejamento e

foco empreendedor do governo, das empresas e das pessoas, se considerarmos o perfil intraempreendedor de tantos que norteiam as empresas públicas e privadas.

Sugestão:

- Criar e disponibilizar diretórios e mesas de negociação em que o poder público possa publicar suas demandas tecnológicas e empresários possam publicar suas ofertas.

Aumentar as oportunidades de interação entre os empreendedores

O Brasil é um celeiro de oportunidades. Todavia, pela grande dimensão de seu território, muitas vezes o que está acontecendo de bom ou positivo em um estado da federação não aparece em outros, em razão da dificuldade de acesso à informação prática sobre esses acontecimentos. Respaldando-se nessa vertente, a promoção de eventos e feiras de negócios contribuirá de forma tênue com o avanço a novas e importantes inovações que, muitas vezes, até por serem simples, podem ser replicadas em muitos lugares. Para tanto, são necessárias parcerias com instituições nacionais que, mesmo que apenas localmente, poderão contribuir fortemente com essa formatação.

Sugestão:

- Prover fomento para realização de eventos de capacitação e feiras de negócios itinerantes.

Disseminar o capital intelectual

Os negócios são feitos por gente de conhecimento. O meio digital, em especial o uso da internet, tem se transformado na maior fonte de acesso à informação ao brasileiro quando há interesse em fomentar algo ou buscar algum dado. Fatos reais, a partir dos noticiários, por exemplo, mostram que muitas das “mentes pensantes” do país ainda estão localizadas em pontos que, por limitação geográfica e/ou alguns outros fatores de acesso, não são conhecidos nacionalmente e por esse motivo não difundem suas ideias, seu conhecimento.

Sugestão:

- Criar um portal com um catálogo/vitrine do nosso capital intelectual digital.

Estimular parcerias

A palavra de ordem é colaboração. Ninguém, nos dias atuais, pode trabalhar em prol de uma causa, desejo ou até mesmo perspectivas pessoais estando sozinho. A integração de pontes e pontos de acesso a investimentos locais, regionais e nacionais contribuirá fortemente para o acesso ao desenvolvimento do movimento empreendedor local e nacional. Nessa vertente, as parcerias são necessárias para a garantia da composição de conglomerados empreendedores e inovadores nos contextos locais.

Sugestão:

- Providenciar parcerias com empresas de atuação local para o fomento ao mercado de investimentos.

Suporte para produtos “marca Brasil”

Sabe-se que focar em qualidade de produtos ou serviços é coisa do passado. A característica “QUALIDADE” já deve estar associada a tudo que é produzido, considerando que a competição acirrada entre os produtos e/ou serviços, tanto no país quanto no exterior, é delimitada pela principalmente qualidade. Assim, alternativas de promoção da capacidade do fortalecimento da criação e do posicionamento da “marca Brasil” no contexto “fomento” é crucial para abertura de novos mercados. Ações que contribuam com o aporte de recursos ou investimentos no desenvolvimento da “marca Brasil” são necessárias para o referido alcance. Nesse sentido, ações de análise do processo de desenvolvimento dos produtos, suas estratégias motivacionais e resultados contribuirão fortemente para o suporte e criação de produtos *premium*. O resultado desse foco e fortalecimento pode associar-se fortemente ao desenvolvimento de promoção da competitividade e, por consequência, da motivação empreendedora.

Sugestão:

- Suporte na criação de produtos *premium* "marca Brasil", adicionando valor comercial aos nossos produtos, principalmente no exterior.

PILAR 4 – INOVAÇÃO

Introdução

A inovação vem sendo o grande diferencial das empresas e das organizações – e, por consequência – de cidades e países.

Os países mais inovadores (Coreia do Sul, Suécia, Estados Unidos, Japão, Alemanha, Dinamarca, Singapura, Suíça, Finlândia e Taiwan, nessa ordem, segundo a Bloomberg) estão entre aqueles que apresentam os melhores índices sociais, econômicos e educacionais do mundo. As empresas mais inovadoras são as que geram os melhores empregos e riqueza de maior valor agregado, as que melhor utilizam os recursos naturais e as que estão mais comprometidas com o bem-estar social. Você pode analisar diferentes rankings – Business Insider, Forbes, Fast Company: por mais que os critérios sejam diferentes – e por isso são diferentes empresas em cada lista –, todas elas mostram empresas que pagam acima da média, oferecem melhores condições de trabalho e crescem mais que os concorrentes.

Ter um Brasil+Empreendedor significa ter empresas mais inovadoras. Sabemos que a inovação depende de diferentes fatores, porém, a partir da análise da metodologia da Endeavor/Bain&Company, os aspectos que se destacam para criar ecossistemas/cidades/estados/países mais inovadores são destacados a seguir.

Integração do poder público com universidades e empresas

Sabemos da importância do papel de uma universidade dentro do ecossistema empreendedor. A educação tem e sempre terá papel fundamental na criação de um modo de pensar inovador. Quantas empresas que hoje lideram setores importantes da economia não nasceram das ideias de estudantes das mais diversas áreas do conhecimento: Humanas, Exatas e Biológicas?

Uma empresa que quer inovar precisa ter um Departamento de Pesquisa & Desenvolvimento capaz de gerar inovações em produtos e processos. E para isso muitas preferem fazer parcerias com universidades para projetos inovadores.

Sugestões:

- Fortalecer o ecossistema da inovação por meio da integração entre governo e empresas na facilitação e soluções dos problemas relacionados à competitividade.
- Aumentar a cadeia de valor das empresas e dos serviços públicos aumentando a qualidade de processos e produtos de acordo com necessidades de mercado.
- Intensificar a qualificação dos profissionais por meio do aumento de bolsas de pesquisa e do intercâmbio internacional.
- Melhorar processos internos e externos de empresas do poder público que podem reduzir a burocracia e melhorar a liberação de investimentos e recursos de fundo perdido.
- Fomentar Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação com ações transversais – ligando o problema de mercado às universidades de acordo com competências de pesquisa acadêmica e da qualidade dos laboratórios (máquinas e equipamentos).
- Dar visibilidade às pesquisas que são feitas nas universidades, não somente na parte acadêmica mas também na aproximação com o mercado

Incentivar o registro de novas patentes

O incentivo ao registro de patentes, ou de quaisquer tipos de propriedade intelectual, resulta em um maior engajamento dos envolvidos com o processo de inovação, tendo em vista o arcabouço de vantagens que isso pode proporcionar, tais como:

1. Registro do conhecimento;
2. Proteção à inovação;
3. Possibilidade de transferência de tecnologia, para que as inovações saiam do ambiente acadêmico e atuem no ambiente mercadológico;
4. Negociação e pagamento de royalties;
5. Desenvolvimento da cultura de Invenção/desenvolvimento/proteção/negociação e transferência de tecnologia;
6. Incentivo à participação de empresas no que se refere a investimentos em pesquisa no interior de instituições de ensino superior;
7. Diminuição da dependência da iniciativa pública.

Entretanto, o processo de registro de propriedade intelectual ainda é lento e burocrático no Brasil, basicamente por falta de interação com os órgãos de proteção, assim como pouca mão de obra especializada em prospecção tecnológica, busca de anterioridade, redação de patentes, transferência de tecnologia e aspectos jurídicos afins. Para tanto é necessária uma maior

difusão sobre o tema, inclusive nos processos de educação empreendedora, a fim de garantir à massa crítica inovadora a segurança de suas inovações.

Sugestões:

- Maior difusão e discussão sobre o tema nas instituições de ensino. Isso será possível a partir do momento em que as atividades de empreendedorismo e inovação nas instituições acadêmicas tomarem conhecimento do trabalho que os NIT's desenvolvem, pois são esses órgãos que fazem a interlocução entre os segmentos.
- Melhor usabilidade do portal do INPI.
- Facilitação de acesso a informações sobre o assunto.
- Geração de recursos por meio de royalties: gerar relacionamento entre investidores, indústrias e segmentos gerais de mercado com os empreendedores que constantemente inovam, a fim de garantir a transferência de tecnologia, e fortalecer um fomento sem dependência do poder público.
- Facilitar acesso ao mercado no *timing* correto.

Fortalecer parques tecnológicos

Em 2006, o estado de São Paulo, por meio do decreto nº 50.504, instituiu o sistema paulista de parques tecnológicos, visando criar espaços reunindo empresas, instituições de ensino, incubadoras de negócios, centros de pesquisas e laboratórios, para estimular ambientes que favoreçam a inovação tecnológica e promovam o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda.

Sugestões:

- O comprometimento dos governos municipal, estadual e federal, assim como do setor empresarial, das universidades e dos institutos de pesquisa.
- A perspectiva de que a implantação do parque se insere no âmbito de programas e ações estratégicas de desenvolvimento regional e local.
- A necessidade de definição de segmentos tecnológicos em que o parque possa atuar e ser competitivo.

Incentivo ao investimento em ciência, tecnologia e inovação

No mundo contemporâneo, não podemos negar que o conhecimento é a principal fonte de riqueza. A gestão do conhecimento tornou-se fundamental nas organizações, sejam governamentais ou privadas, não importando o seu tamanho, segmento ou valor.

A ciência, a tecnologia e a inovação são instrumentos fundamentais para o desenvolvimento sustentável, o crescimento econômico, a geração de melhores oportunidades de emprego e renda e a democratização de oportunidades. Para isso é fundamental, por meio de um desenvolvimento sustentável, estimularmos a geração de atividades empreendedoras, do empreendedorismo inovador e das pesquisas básicas e aplicadas, engajando o capital humano – cientistas, pesquisadores e acadêmicos – às organizações governamentais ou privadas, nacionais ou internacionais, sendo capaz de atender às demandas sociais dos brasileiros e ao permanente fortalecimento da soberania nacional no contexto mundial.

Sugestões:

- Mais empresas de alto impacto, ou seja, com potencial de crescimento rápido, ética, sustentável, estratégica e qualificada. Um modelo de referência para outras organizações.
- Alto valor agregado ao setor estratégico, ou seja, empresas que desenvolvem seus produtos totalmente alinhadas com as metas estratégicas, que por sua vez geram produtos de alto valor mercadológico e alinhados com as necessidades sociais.
- Oportunidades de empregos qualificadas, ou seja, com a qualificação em massa do capital humano, abrem-se novas frentes de postos de trabalho, permitindo flexibilizar as áreas da organização, diminuir o *turn over* e oferecer melhores salários e ambiente de trabalho.
- Mais competitividade do mercado, ou seja, com o uso mais efetivo do conhecimento e recursos, as empresas tornam-se mais preparadas para enfrentar um mundo cada vez mais globalizado e dinâmico, pois a redução de custo, por si só, não é mais suficiente e, por meio da inovação, pode-se criar mais produtos e processos com alto valor agregado, mantendo a sobrevivência da empresa.

PILAR 5 - INFRAESTRUTURA

Introdução

Em 2013 foi realizada pela Global Entrepreneurship Monitor (GEM), em parceria com o Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBPQ), Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com apoio do Sebrae, uma [pesquisa sobre o empreendedorismo no Brasil](#). Concluíram que a dinâmica do mercado interno, a infraestrutura, as normas sociais e culturais são os fatores que mais impactam nas atividades empreendedoras, sendo cruciais para o desenvolvimento sustentável da nação.

Como por todos é sabido, um dos maiores entraves para o desenvolvimento do Brasil é a infraestrutura. Dessa forma, seguem proposições, as quais estão ordenadas em cinco temas: gestão de recursos naturais, de reutilizáveis, recicláveis e de resíduos; energias renováveis e eficiência energética; tecnologias de comunicação e informação; infraestruturas inovadoras para o empreendedorismo; logística e mobilidade urbana.

Gestão de Recursos Naturais, reutilizáveis, recicláveis, e de resíduos

A gestão racional e integrada dos recursos hídricos se tornou fundamental para a promoção da paz social e da segurança global. Estima-se que as demandas de água cresçam em 40% até 2050 e que 1,8 bilhão de pessoas em breve vivam em países ou regiões afetadas pela escassez hídrica.

Atualmente, 750 milhões de pessoas não têm acesso a água própria para o consumo, enquanto cerca de 2 milhões de crianças abaixo dos 5 anos de idade morrem a cada ano por falta de água potável e de saneamento adequado.

Estudos da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que, para cada dólar investido em água e saneamento, economizam-se 4,3 dólares em saúde global.

A simples manutenção das Áreas de Preservação Permanentes (APPs) em áreas urbanas e rurais possibilita a valorização da paisagem e do patrimônio natural, contribuindo para o bem das comunidades, agregando valor ecológico, histórico, cultural, paisagístico e turístico.

As APPs exercem funções sociais e educativas, propiciando oportunidades de encontro e contato com os elementos da natureza, educação ambiental, práticas esportivas, lazer e

recreação. Com isso, oferecem uma maior qualidade de vida às populações, principalmente as urbanas, que representam em torno de 85% da população do Brasil.

Sugestões:

- Investir na propagação do conhecimento utilizando multiplataformas, a fim de difundir o uso de técnicas e ferramentas que façam uso racional dos recursos naturais nos processos produtivos, criando índices e metas claras de acompanhamento e desenvolvimento, inclusive com monitoramento do retorno ambiental nas áreas de aplicação do conhecimento.
- Investir na recuperação de áreas de preservação permanentes e degradadas, utilizando espécies nativas, de aproveitamento econômico, com plano de manejo sustentável.
- Patrocinar projetos que aumentem os ativos ambientais, bem como o uso racional dos recursos naturais, com especial atenção aos corpos hídricos.
- Investir em campanhas para educação dos empreendedores quanto aos hábitos de preservação, recuperação e cuidados com recursos naturais.
- Promover fóruns permanentes de diálogos com entidades de preservação e conservação dos recursos naturais, bem como entre os empreendedores.
- Fazer o estudo e redesenho da topografia de áreas críticas, com o intuito de melhorar o escoamento e a infiltração das águas pluviais que, além de manter o solo úmido, evita a erosão, a lixiviação, propiciando a retenção de elementos solúveis do solo, permitindo a intensificação da produção.
- Investir na construção de barragens de todos os portes, a fim de ajudar na infiltração de água no solo, aumentar produtividade do terreno, alimentar os mananciais hídricos e assegurar o abastecimento de água.
- Promover a desconcentração populacional, regulamentando a criação de comunidades sustentáveis, com características de condomínio que contemplem atividades com finalidade lucrativa e atividades de interesse público sem finalidade de lucro.
- Investir em empreendedores que inovem em processos produtivos capazes de reduzir a emissão, tal como a captura e sequestro de carbono.
- Promover a integração entre governo, empresas e cidadãos, em função da necessidade do entendimento coletivo sobre a gestão dos resíduos.

- Investir no monitoramento em tempo real das áreas destinadas ao recolhimento de materiais reutilizáveis e recicláveis, bem como os de descarte final.
- Apoiar práticas que visem o consumo sustentável, tendo como fluxo NÃO CONSUMO > REDUÇÃO > REUTILIZAÇÃO > RECICLAGEM > DESCARTE.

Energias Renováveis e Eficiência Energética

A demanda mundial por energia elétrica, segundo estudo da Agência Internacional de Energia (AIE), aumentará em 30% até 2035, sendo que 90% desse aumento será demanda das economias emergentes.

O Brasil necessita de uma visão sistêmica e investimentos na diversificação das matrizes energéticas. Mas como fazer isso gerando energia limpa com mínimo impacto ambiental? Um desafio enorme para um país continental e diverso. No entanto, é também um caminho para fazer do Brasil a nação mais próspera do mundo.

Sugestões:

- Investir mais em pesquisa e desenvolvimento de “armazéns de energia”.
- Investir na diversificação da matriz energética, principalmente as consideradas “limpas”, como a eólica e fotovoltaica, altamente indicadas para as características naturais do Brasil.
- Fortalecer as políticas de incentivo aos biocombustíveis, como o etanol primário e de segunda geração (celulósico).
- Investir no desenvolvimento de fontes de energias nucleares e eletromagnéticas.
- Racionalizar o uso de matrizes energéticas poluidoras, bem como o investimento em sistema que reduza os níveis de poluição instalados.
- Investir em processos de produção energética que reduzam a emissão, bem como na captura e sequestro de carbono.
- Aproveitar todo o potencial de produção de energia a partir da biomassa, investindo na consolidação de tecnologias e equipamentos, aprimorando a economicidade, inclusive combatendo os desperdícios.
- Promover políticas públicas que incentivem a livre concorrência na exploração, acesso e comercialização de gás natural.

Tecnologias de comunicação e informação

É nesse cenário de inovação que as tecnologias da comunicação e informação se destacaram, mudando para sempre a forma de trocar informações, interagir, deixando mais ricas e intensas as experiências de comunicação entre as pessoas.

À medida que aumentam as conexões (entre qualquer coisa), aumentam as possibilidades para empreendedores (de todos os portes) realizarem negócios lucrativos e sustentáveis, operando muitas vezes em escala mundial.

Sugestões:

- Investir na construção de uma supermalha de comunicação, a fim de promover acesso à internet sem fio e com alta velocidade em todo território brasileiro.
- Incentivar a construção e a ampliação da rede de fibra ótica nacional pública e privada e a redundância de suas interligações com outros países.
- Investir em superconexões para parques tecnológicas, incubadoras e APLs/clusters.
- Promover a construção de *data centers* em várias cidades, pulverizando o fluxo de dados, mitigando problemas com segurança, privacidade e demais gargalos existentes na rede nacional de telecomunicações.
- Criar plataformas que disponibilizem informações em tempo real sobre as redes e centros públicos de apoio e suporte ao empreendedor.
- Treinar e disponibilizar materiais e técnicas atualizadas para criação e gestão de modelos de negócio inovadores, escaláveis e sustentáveis.

Infraestruturas inovadoras para o empreendedorismo

Já faz um bom tempo (mais de 60 anos) que essa história de incubadora de empresas surgiu no Vale do Silício, nos Estados Unidos. Mas foi a partir dos anos 1970 que se formaram os rearranjos corporativos que seguem até os dias de hoje. Também a Alemanha, França, Inglaterra e Japão investiram fortemente nessa estratégia para promover o dinamismo econômico.

No Brasil essa onda chegou por volta dos anos 1980, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Em 1987 foi fundada a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologia Avançada (Anprotec), cujo objetivo tem sido a articulação com organismos governamentais e não governamentais, visando o desenvolvimento de Incubadoras e parques tecnológicos no país.

O surgimento das incubadoras no Brasil supriu um vácuo institucional que havia entre o ambiente acadêmico e o setor empresarial. Nesse processo, as universidades e os institutos de pesquisa ocuparam a posição de agente indutor.

Com as demandas sociais, as universidades e centros tecnológicos passam a atuar mais em atividades de extensão e desenvolvimento local. Mas as incubadoras de empresas em áreas populares, que demandam o uso de tecnologia de ponta, ainda estão no papel, salvo raras exceções. Por isso, criamos algumas sugestões para criar infraestruturas inovadoras para alavancar o empreendedorismo no Brasil.

Sugestões:

- Criar espaços públicos nos formatos de *fablabs*, *hackerspaces* e *coworking* para *startups* e *makers*, afim de criar um ambiente inspirador para o desenvolvimento local, regional, nacional e mundial.
- Incentivar a descentralização dos repasses de recursos para a inovação, pesquisa e desenvolvimento, criando polos tecnológicos, de educação técnica e empreendedorismo nas áreas mais desfavorecidas do Brasil.
- Garantir suporte holístico ao empreendedor por meio de centros de treinamentos, pesquisas e desenvolvimento ágeis de negócios, descentralizados, com implantações preferencialmente em áreas de risco social.
- Criar o Bolsa Empreendedor para aquisições relacionadas a infraestrutura, capital de giro, contratações e demais atividades, garantindo um saque mensal de acordo com o projeto, metas alcançadas e demais análises acordadas com as entidades de suporte e fomento ao empreendedor.
- Incentivar o desenvolvimento de metas de responsabilidade social para as *startups* aprovadas nos editais públicos.
- Criar a Agência Brasileira de Empreendedorismo (ABE).

Logística e Mobilidade Urbana

O que está em jogo é a recuperação do vigor competitivo e da confiança no Brasil para avançar como nação mais próspera do mundo. No entanto, o sucesso do país está diretamente relacionado à integração das malhas de transporte entre todas as regiões do país, repercutindo diretamente na competitividade do produto nacional.

Os problemas são conhecidos e antigos: estradas de má qualidade, portos ineficientes, cabotagem pequena, falta de ferrovias e de áreas de armazenagem, entre outros fatores, afetam a indústria e a sua capacidade de se integrar às cadeias globais de produção.

Em relação aos problemas logísticos, os principais entraves para o desenvolvimento do Brasil são: o baixo volume de investimentos públicos e privados; modelo de gestão do Estado no setor de transportes fragmentado e ineficiente; pouca articulação entre os diversos órgãos de governo e empresas estatais da área; demora na conclusão das obras; e dificuldades no planejamento.

Sugestão:

- Criar políticas que incentivem a competição e a maior participação do capital privado nos investimentos e gestão de infraestrutura.

PILAR 6 - CAPITAL HUMANO

Introdução

Considerando que o desenvolvimento econômico, social e sustentável dos países na atual conjuntura global da era do conhecimento passa pela implantação de uma educação empreendedora de qualidade com foco em inovação, o empreendedorismo é considerado hoje como um vetor prioritário na maioria dos países desenvolvidos.

Um Brasil+Empreendedor é um país com mais empresas inovadoras. Assim é importante que se busque formação de empreendedores (capital humano) de novos negócios, como também no papel de intraempreendedores inovadores em grandes empresas, instituições de ensino e órgãos públicos.

No entanto, diversas habilidades e competências hoje exigidas para o profissional ter um comportamento empreendedor na sociedade do conhecimento não são ensinadas nas instituições de ensino. A maioria adota modelos de ensino nos quais “tudo é dado de bandeja” ao aluno, com práticas educacionais criadas para a era industrial que não contribuem para a formação de jovens autônomos e que ratificam a formação de “empregados” (escravos das ideias dos outros). Existe também uma latente falta de ambientes de apoio à inovação, com as faculdades pouco interagindo com as empresas locais e o mercado.

Os professores de empreendedorismo muitas vezes não possuem perfil para essa disciplina, não conhecem o contexto do que estão lecionando e muitas vezes nunca empreenderam. Um dos gargalos para a ampla disseminação do empreendedorismo está na ausência de educadores empreendedores que sirvam de exemplo e saibam do contexto social daquilo que estão ensinando.

Estamos em sintonia com os educadores participantes da 5ª Rodada de Educação Empreendedora Brasil, que, entre outros pontos, propuseram a inclusão da Educação Empreendedora na Agenda Estratégica Nação Brasileira – inserindo-a como a pedra basilar e vetor principal para impulsionar o desenvolvimento econômico e cultural sustentável do país¹.

¹<http://educacaoempreendedora.org.br/ree>

Por isso apresentamos neste pilar indicações de como ter no Brasil um ambiente mais preparado para formação de capital humano subdivididas em quatro temas. 1) Educação empreendedora desde a base, 2) Educação empreendedora em universidade e escolas técnicas, 3) Empreendedor sem fronteiras, e 4) Incentivo à pequenas empresas e *startups* que investem em capacitação.

Educação Empreendedora desde a Base

A educação e capacitação empreendedora desde a base visa trazer para as crianças e os adolescentes a preparação para o mercado de trabalho e os desafios do empreendedor. Hoje nossos adolescentes não são preparados para a vida adulta em nenhuma de suas bases, seja social, como cidadão ou como profissional. Hoje entram no mercado de trabalho sem nenhum conhecimento de como funcionam empresas ou *startups* e as práticas necessárias para empreender.

Um programa consistente de educação empreendedora desde a base visa suprir essa carência de conhecimento e habilidades, tornando os adolescentes mais criativos e preparados para os novos conceitos de empregabilidade.

Sugestões:

- Promover programas que desenvolvam nas crianças e adolescentes conhecimentos, atitudes e habilidades em empreendedorismo e criatividade, para que tenham visão de mercado, cultura de inovação e resolução de problemas, entre outros conhecimentos.
- Incentivar programas que ofereçam noções de finanças, administração, marketing, além de fomentar a cultura da inovação e mudança de paradigmas para que entendam o novo conceito de empregabilidade do mercado brasileiro, com visão empreendedora.
- Acreditamos que a partir do 4º ano do Ensino Fundamental as crianças podem ser iniciadas em aulas que despertem a criatividade, e a partir do 6º ano o empreendedorismo deveria fazer parte da grade curricular. Entre 8º ano do Ensino Fundamental e 3º do Ensino Médio os jovens já participariam de programas de construção de inovações e startups, sendo estimulados a ter contato com o mercado.

Educação empreendedora em universidades e escolas técnicas

Estudos e pesquisas apontam que as instituições privadas e políticas públicas relativas ao fomento de uma educação empreendedora nas universidades e escolas técnicas brasileiras não são plenamente suficientes para produzir resultados significativos de alto impacto, capazes de acelerar e intensificar o desenvolvimento na velocidade que se faz necessária.

Menos de 50% dos alunos universitários cursaram alguma disciplina de empreendedorismo, poucos gastam tempo e esforço para começar um negócio, e a maioria ainda se sente insegura para tal. Uma parcela muito pequena tem interesse em participar de estágios em *startups* ou possuem acesso a empregos em empresas novas com alto grau de inovação².

Os resultados são muitos alunos desistindo dos cursos de empreendedorismo, desconhecendo as oportunidades e o ecossistema no qual estão inseridos, não possuindo definições claras de vocação nesse sentido e/ou simplesmente deixando de viver de suas próprias ideias.

Sugestões:

- A educação empreendedora não deve ser vista como uma disciplina isolada, e sim como um conjunto de ações e ambientes interdisciplinares no qual os alunos são orientados a expandirem suas próprias ideias desde os primeiros períodos da graduação. Faz-se necessário implantar ecossistemas e centros de empreendedorismo transversais que estimulem a realização/implantação de eventos, cursos, games, competições, *maker spaces*, integração com empresas/incubadoras/aceleradoras e forte uso de ambientes/laboratórios de inovação.
- É importante promover a integração entre as universidades/escolas e os ecossistemas locais por meio da realização de eventos, maratonas, concursos e seminários de *startups* propostos muitas vezes por entidades de fora das instituições de ensino. Salientamos também a relevância da ida de estudantes para desafios e eventos de empreendedorismo externos,
- É preciso formar mais e melhores professores de empreendedorismo, em todos os níveis, universitário, instrutores e pós-graduação. É relevante a existência de uma série de incentivos para que os professores transformem-se em empreendedores e sintam-se estimulados a implantar programas e centros de empreendedorismo.

² (<http://info.endeavor.org.br/relatorio-empreendedorismo-universidades-2012>)

- É importante gerar mecanismos para facilitar o empreendedorismo dos grupos de pesquisa científicos e tecnológicos em todas as áreas, facilitando a cooperação dos mesmos com as empresas nacionais e internacionais, além de institutos de inovação. Faz-se necessário ampliar inclusive a oferta de programas de mestrado e doutorado específicos em empreendedorismo.
- Por último enumeramos questões fora do escopo das universidades e escolas técnica, mas igualmente relevantes para a educação empreendedora no país, tais como: o desenvolvimento dos ecossistemas locais de apoio ao empreendedorismo, reconhecendo e classificando as comunidades empreendedoras brasileiras. É muito importante também o apoio às incubadoras e aceleradoras do país no sentido de fornecerem uma formação de qualidade em parceria com as universidades.

Empreendedor sem fronteiras

Empresas tendem a aumentar suas chances de sucesso quando inseridas em um ecossistema empreendedor que estimula o desenvolvimento empresarial e a inovação. Hoje no mundo podemos destacar alguns ecossistemas de sucesso que se tornaram referências, como o Vale do Silício, na Califórnia, e Israel, duas regiões mundialmente reconhecidas pelo sucesso no suporte a empreendedores.

O Brasil pode-se considerar um ecossistema ainda em construção, e programas que estimulem a internacionalização de empreendedores e empreendimentos visam fortalecer e consolidar esse ecossistema, seja no aprendizado que o empreendedor irá trazer no contato com outros empreendedores, seja na apresentação dos empreendimentos gerados no Brasil a uma massa crítica internacional que pode avaliar produtos sob o ponto de vista da solução de problemas globais, tornando o impacto e o alcance do empreendimento muito maiores.

O objetivo é ampliar o conhecimento do empreendedor, seja em boas práticas de governança de seus empreendimentos, seja no conhecimento de novos mercados em que possa atuar ou na apresentação de empreendimentos e produtos nacionais a mercados internacionais – obtendo assim maior competitividade no cenário global.

Sugestões:

- Incentivar políticas públicas que busquem promover a internacionalização de empreendedores e empreendimentos brasileiros por meio de intercâmbio de

experiências, seja no incentivo a estágios para empreendedores em empresas fora do país e participação em importantes feiras internacionais que representem o setor no qual atua o empreendedor, seja na realização de cursos universitários ou mestrados em faculdades internacionais com apoio e incentivo do governo.

- Promover programas de intercâmbio que proporcionem a melhoria dos processos internos e externos dos empreendimentos nacionais e possibilitem apresentar empreendedores e empreendimentos nacionais a investidores de outros países.
- Estabelecer meios de comunicação e colaboração entre países do modo que os empreendedores brasileiros tenham mais conhecimento de problemas de nível global e assim concentrem esforços em soluções que possam ser exportadas.

Incentivo às empresas e *startups* que Investem em capacitação

Sabe-se que existe um alto déficit de profissionais no mercado, sem contar que o perfil formado nas instituições de ensino não é aquele esperado pelas companhias inovadoras brasileiras. Incentivar os investimentos em capacitações é essencial para uma qualificação de alto nível, alinhado com as futuras demandas e novas oportunidades de empregos na era do conhecimento.

O conhecimento, matéria-prima da inovação, adquirido e gerado por todos é uma grande vantagem competitiva a todas as organizações, sejam governamentais ou privadas, em um mundo cada vez mais globalizado e dinâmico. Assim tornamos a competitividade mais equilibrada e justa perante a sociedade.

Sugestões:

- Promover políticas públicas de incentivo a *startups* e pequenas empresas que forneçam capacitações em geral visando desenvolver as habilidades específicas necessárias para a obtenção de maior empregabilidade de todos os brasileiros.
- Incentivar a ampliação de plataformas de educação à distância de forma efetiva visando a formação de capital humano para *startups*, tanto para formação empreendedora como nas áreas de desenvolvimento software, design, robótica, eletrônica e outros temas importantes para a capacitação de equipes técnicas.
- Fortalecer as empresas que investem em capacitações para o desenvolvimento das habilidades adicionais necessárias para o mercado de trabalho não ofertadas nas grades curriculares das universidades e escolas técnicas. Ressaltamos aqui a importância de

ensinar como conhecimentos, habilidades e tecnologias trabalham juntos em projetos e práticas reais, e não apenas como elas são “emuladas” separadamente.

PILAR 7 - CULTURA EMPREENDEDORA

Introdução

Vivemos em um país de grande extensão territorial e rico do ponto de vista cultural. No Brasil, vivenciamos diversas culturas; muitos traços culturais são históricos e foram trazidos pelos imigrantes que popularam diversas regiões do país. Outros valores e comportamentos foram criados e fortalecidos a partir do desenvolvimento local e regional.

Essa mistura de culturas, que é definida pelos estudiosos como um padrão de valores, crenças e comportamentos de um grupo de pessoas, se apresenta como um grande desafio para o movimento Brasil + Empreendedor.

Não podemos simplesmente buscar inserir em determinado local uma cultura empreendedora que não considere a realidade e a própria cultura presente na região.

Entendemos que o país vive um momento de mudança no entendimento da própria visão empreendedora, pois estamos evoluindo de uma nação onde faz pouco tempo se empreendia por necessidade, as pessoas criavam negócios informais para sobreviver. Mas hoje somos um país onde se começa a vislumbrar no empreendedorismo uma opção viável de vida, carreira, criação de riqueza e realização de sonhos pessoais.

Propomos então, dentro do Brasil + Empreendedor, uma visão de cultura empreendedora que pode ser ensinada, fortalecida e adaptada à nossa realidade nacional e regional. Todavia, essa proposta não deve ser considerada como uma receita pronta, pois precisa se adequar ao local e suas pessoas, histórias, culturas, mercados e valores.

Acreditamos que o objetivo principal que deve ser buscado é o de incentivar a adoção de um *mindset* (modelo mental) mais empreendedor, composto de crenças, valores e comportamentos em contra-posição a um outro conjunto de crenças, valores e comportamentos que deixam a longo prazo o Brasil menos empreendedor.

Sugestões:

- Mentalidade de abundância vs. mentalidade da escassez: encarar os negócios a partir de um ponto de vista de um jogo de soma zero, no qual existem ganhadores e perdedores, não é muito inteligente para uma comunidade de empreendedores. Uma comunidade de empreendedores tem um potencial muito maior do que a sua situação atual. Adotar uma expectativa de ganhos crescentes futuros para todos instiga uma espiral

ascendente em que, quanto mais atividade, mais atividade é atraída para dentro da comunidade, aumentando o valor dela.

- Visão de longo prazo vs. imediatismo: empreendedorismo deve ser visto e aceito como uma atividade criadora de riqueza social e econômica de longo prazo, com potencial de mudar vidas e ajudar no desenvolvimento de uma nação. Incentivar a adoção de uma visão de longo prazo é fundamental para desenvolver empreendedores que tenham capacidade de gerar grandes resultados.
- Abraçar o risco vs. jogar seguro: empreender é uma atividade de alto risco. Incentivar uma cultura empreendedora que abraça conscientemente o risco e se prepara de forma positiva para enfrentar, superar os desafios e gerir o risco de forma inteligente é fundamental. Precisam ser reduzidos os incentivos para jogar seguro e as punições por tomar risco, assim como desincentivar o espírito paternalista que cria uma zona de conforto, indo na contramão do que deveria ser incentivado.
- Ambição vs. contentamento: o empreendedor é uma pessoa que está insatisfeita e deseja poder mudar a situação, deixar sua marca na sociedade, causar impacto. Incentivar a adoção de uma ambição positiva saudável, que é diferente de ganância, quando se quer ganhar a qualquer preço, sem respeito nem ética.
- Empreender como opção de vida: cada vez mais o empreendedorismo deve ser vislumbrado como uma opção de vida principalmente pelas gerações mais novas, que precisam acreditar nesse caminho como algo que os levará à realização pessoal e profissional.
- Pensar global vs. Limitar-se ao Brasil: hoje as tecnologias e as cadeias produtivas permitem pensar e principalmente desenvolver negócios de abrangência global. Negócios inovadores e digitais tendem a não respeitar fronteiras, assim grande parte da competição será global, e não pensar em crescer os negócios globalmente pode significar uma fraqueza para os próprios negócios.
- Investir na próxima geração: além de focar em obter o sucesso nos negócios, expandir o tamanho do seu círculo de preocupações para além da sua empresa pode ser um dos ingredientes para criar um ambiente rico no qual a próxima geração de empreendedores seja afirmada para acreditar que eles podem criar negócios cada vez maiores e que isso gere mais uma espiral ascendente.

Realizadores

Almir Neves
Alysson Queiroz
Angel Júnior
Antonio Tulio Severo Júnior
Carlos Matos
Claudio Nascimento
Dr. Emerson Alvarez Predolim
Dr. Marco Antonio Kojoroski
Dr. Oscar Daniel Paiva
Dra. Carla Martins
Dra. Lucia Pereira Valente Lombardi
Eduardo Freire
Felipe Matos
Fernando Grisi
Genésio Gomes
Guilherme Junqueira
Hiran Murbach
Ibrahim Cesar
João Kepler
Juan Bernabó
Luiz Natividade
Marcelo Pimenta
Marcus Linhares
Moacyr Alves Júnior
Nei Grando
Nicolas Hassenstein
Paola Miorim
Paulo Alexandre Silva
Paulo Cesar Coutinho
Paulo Quirino
Pierre Schurmann
Thiago de Carvalho
Walter Ciglioni

Apoiadores

Adriana Garcia
Adriano Silva
Aldo Cristiano Reis Pacheco
Ana Goelzer
Ana Maria Coelho
Ana Maria Fontes
Ananda da Silva Carvalho
Anderson Gomes
Anderson Sobrinho
André Carrasco
Andre Gomyde
Andre Luiz Paza
André Santos
André Silva Salvador
André Telles
Angel Junior
Armindo Ferreira
Artur Goulart
Breno Nogueira
Bruno Muniz
Claudio Menezes
Claudio Rodrigues
Cleberon Pereira
Daniel Martins
Daniely Votto
Danilo Altheman
Davizinho Braga
Debora Brauhardt
Décio Coutinho
Denicio Martins de Paula
Diego Remus
Djeison Moreira
Donato Ramos
Eduardo Noronha Viana
Estevão Alves Borges
Eudes Nery Junior
Fabiana Rocha Batista
Fabio Barreto
Fabio Seixas

Felipe da Matta M. Costa
Fernando Pauer
Fernando Santos Dantas
Flavia Egypto
Flávio Leonardo Vaz Peralta
Flávio Maeda
Flavio Marinho
Frederico Veloso Rocha
Gabriel de Mello Siqueira
Gabriel Leite
Gabriel Ramalho de Farias
Gabriela Tavares Alvarenga
Geraldo Santos
Gilberto Sarfati
Giovane Gaspar Benedet
Giovanni Recchia
Guga Gorenstein
Guilherme Koch Lerner
Gustavo da Rocha Machado
Gustavo de Souza Gabriel
Gustavo Santiago Gomes
Henrique Braga Foresti
Ivan S Bornes
Ivone Barbosa Siqueira
Izilda Garcez Capovilla
Jamille Cerqueira
Janaina Eline Silva Pinheiro
Jean Klecio Gonçalves
João Leonardo Silva
João Paulo Conrado
Jorge Proença
José Bringel Filho
Juarez Paraense Junior
Juliana Fernandes
Juliano Seabra
Kelvin Campelo
Keyth Washington da Silva
Lênia Luz
Leonardo Costa Leitão
Leonardo Lins Freitas Sauda

Leonardo Romano
Letícia Amaral Balducci
Leticia Janicsek
Liana Lissane Lima
Luara Candido
Lucas Coelho
Luciana Hamassaki
Luciano Palma
Ludymilla Lopes
Luis Poletti
Maíra Fernandes de Melo
Marcela Favilla
Marcelo Jereissati Nicolau
Marcelo Luna
Marcelo Nakagawa
Marcelo Roque
Márcia Cristina dos Santos
Márcia Maria de Matos
Marco Antonio Serra
Marcos Hashimoto
Maria Augusta Orofino
Mariel Moura
Marlise Aparecida Loura
Maryllia Fernandes
Mêndel Oliveira Narciso
Messias Eduardo Barbosa
Michele Dias
Odair da Rosa
Ornilo Lundgren Filho
Otávio André Vieira Massa
Othon Barcelos
Paulo Alexandre da Silva
Paulo Luis Santos
Paulo Milreu
Pedro Graziano
Pedro Henrique Lobo
Pedro Waengartner
Raissa Klain Belchior
Reginaldo Andrade
Renato Serrano de Morais

Renato Zara
Reutmann dos Santos
Ricardo Agostinho
Ricardo Caspirro
Ricardo Gabriel Farias
Ricardo Gandara Crede
Ricardo Larcher Moraes
Ricardo S Gulko
Ricardo Tonietti
Roberto Fermino
Rodrigo Caldeira Ramos
Rodrigo Carvalho
Rodrigo Dutra de Araújo
Rodrigo Koetz de Castro
Rodrigo Louzich Coelho
Rodrigo Paolilo
Rogerio Azevedo
Romeu Bozzo Junior
Rosely Cândida Sobral
Sabrina Infante
Samir Iásbeck de Oliveira
Samira Almeida
Samuel Moraes de Melo
Sandra Regina Boccia
Saulo de Souza Rodrigues
Sergio Bicudo
Sérgio Lage Carvalho
Shirley Sorvilo
Silvia Pahins
Solange Marques Vieira
Tatiane Grassi
Tatiane Lobato
Telma Barcellos Guimarães
Thereza Bukow
Thomas Buck
Thomaz Coelho
Tiago Asevedo
Tiago Baeta
Titto Emmanuel Barreto
Veridiana Marques Rosa

Vinicius Alves Hax
Virgínia Paschoal
Volnei Gomes
Wander Assumpção
Zenuel Costa Xavier Lins

Impressão:



Revisão: Goretti Tenorio